

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.557 - PR (2018/0237881-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADOS : ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - PR056355
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748
LEONARDO LEAL BEZERRA CAVALCANTI - PE025815
RENATA ALVES RAMOS E OUTRO(S) - PR070820
AGRAVADO : MARA ANA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : REGIANE EVANGELISTA DOS SANTOS DE MOURA -
PR067696

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - SEGURO HABITACIONAL - COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA CAUSA - MATÉRIA JÁ DECIDIDA NA FASE DE CONHECIMENTO - COISA JULGADA IMPOSSIBILIDADE DE NOVA DISCUSSÃO SOBRE O TEMA - RECURSO MANIFESTAMENTE PROTETÓRIO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CARACTERIZADA - APLICAÇÃO DE MULTA - RECURSO NÃO CONHECIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 525, § 1º, incisos II e VI do CPC de 2015 (art. 475-L, inciso IV, do CPC/1973), 1º da Lei 12.409/2011.

Sustenta, em síntese:

i) dissídio interpretativo "*sobre a aplicação do artigo 525, § 1º, incisos II e VI do NCPC, considerando ser plenamente cabível a alegação de ilegitimidade de partes de incompetência do juízo, mesmo em fase executória, sem qualquer ofensa a coisa julgada*" (fl. 680);

ii) a legitimidade e o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal como representante do FCVS para compor a lide, o que desloca a competência para a Justiça Federal.

Sem contrarrazões.

Não tendo sido admitido o recurso na origem foi interposto o presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre salientar que o recurso foi interposto já na vigência do CPC/2015, de maneira que incide, na espécie, o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

Na espécie, a recorrente pretende ver reconhecida a competência da Justiça Federal, alegando legitimidade e interesse jurídico da Caixa Econômica Federal, por ser representante do FCVS, nos termos da Lei 12.409/2011, alterada pela Lei 13.000/2014.

Essa argumentação não é capaz de refutar a motivação do acórdão recorrido.

No caso, o Tribunal de origem, ao decidir sobre a competência, considerou estar a ação em fase de cumprimento de sentença, transitada em julgado, sendo que a fase de conhecimento processou-se na Justiça estadual. Lê-se no aresto impugnado (fl. 611):

No entanto, razão não lhe assiste, pois como bem fundamentou o juiz a quo, a matéria não pode ser conhecida, pois já superada pela coisa julgada material. A questão foi apreciada por este na fase de conhecimento, em que restou definida a ausência de interesse da Caixa Econômica Federal e da União e a competência da justiça Comum Estadual para apreciar a lide, em decisão transitada em julgado.

Como se vê, a questão encontra-se acobertada pela eficácia preclusiva da coisa julgada. A recorrente, por seu turno, alega em suas razões violação do art. 1º da Lei 12.409/2011, sem fazer menção à previsão do art. 508 do CPC/2015, (art. 474 do CPC/1973), que trata do referido instituto.

Assim, embora se trate de matéria de ordem pública, não há como rediscutir a questão após o trânsito em julgado das decisões de mérito, ainda que os argumentos e a base legal sejam diferenciados dos analisados nos precedentes

jurisprudenciais, sob pena de ofensa à coisa julgada.

Conclui-se, dessa forma, que, a despeito da alegação trazida nas razões recursais quanto à necessidade de manifestação da Caixa Econômica Federal na lide, reputa-se inviável a rediscussão acerca de sua participação na fase atual, uma vez que há, após o trânsito em julgado da ação de conhecimento, há competência funcional absoluta para o cumprimento da sentença, na forma do art. 516, inciso II, do NCPC, correspondente ao art. 475-P, inciso II, do CPC/1973. No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO DE OFÍCIO. TRÂNSITO EM JULGADO. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PROFERIDA POR JUIZ ESTADUAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. COMPETÊNCIA FUNCIONAL ABSOLUTA. JUÍZO SENTENCIANTE. ARTS. 475-P, II, E 575, II, DO CPC. INÚMEROS PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

1. O erro material é passível de correção a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento das partes, pois não transita em julgado.

2. A decisão agravada expressamente reconhece que a fixação da competência estadual é matéria transitada em julgado.

3. Nos termos dos arts. 475-P, inciso II, e 575, inciso II, do Código de Processo Civil, o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição. Cumpre destacar ainda que, consoante entendimento desta Corte, é absoluta a competência funcional estabelecida nos referidos artigos, sendo inviável a discussão acerca da competência após o trânsito em julgado, sob pena de ofensa aos princípios da segurança jurídica e da coisa julgada. Inúmeros precedentes. Súmula 83/STJ.

4. Pedido de suspensão do feito rejeitado, visto que o REsp n. 726446/PE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques já teve seu julgamento proferido nesta Colenda Corte.

Erro material corrigido de ofício.

Agravos regimentais da UNIÃO e da COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF) improvidos.

(AgRg no REsp 1366295/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Data do Julgamento 25/03/2014, DJe 13/10/2014).

Assim, a teor da Súmula 284 do STF, não basta que a parte recorrente indique a suposta violação do artigo de lei federal, é necessário que desenvolva, em suas razões de Recurso Especial, argumentos capazes de demonstrar o modo como ocorreu essa violação, o que não se verificou na espécie, notadamente quanto à alegada ofensa ao art. 1º da Lei 12.409/2011.

Desse modo, verifica-se que as razões recursais encontram-se dissociadas do fundamento central do acórdão recorrido nesse ponto, o que denota a deficiência da fundamentação recursal, a fazer incidir, no particular, as Súmulas 283 e 284 do STF.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM.CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RESTITUIÇÃO DE VALORES. SÚMULAS 7 DO STJ E 283 DO STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A convicção formada pelo Tribunal de origem de inexistência de saldo remanescente a ser levantado pela recorrente decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7-STJ).

2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283 do STF.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1135148/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. VALOR DAS AÇÕES. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 2. DOBRA ACIONÁRIA. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO NO TÍTULO EXECUTIVO. INCLUSÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É inadmissível o recurso especial nas hipóteses em que o acórdão recorrido assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles. Aplicação analógica do enunciado n. 283 da Súmula do STF. Precedentes.

2. A condenação às ações da telefonia móvel necessita de expresse pedido na inicial e, conseqüentemente, haver condenação expressa no título executivo, não se tratando, portanto, de um consectário lógico das ações da telefonia fixa. Acórdão a quo em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior. Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1107364/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 20/11/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

